



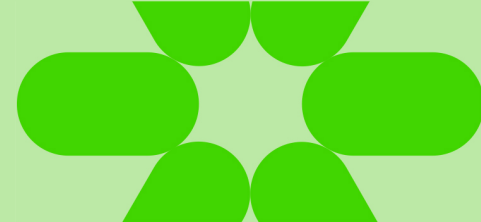
stone 

Equals Software Participações S.A.

31 de dezembro de 2024

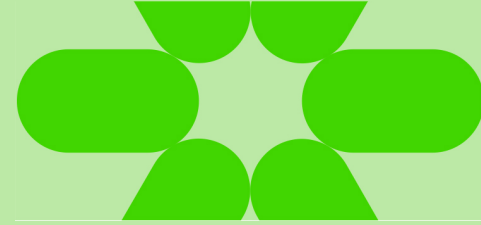
Índice das demonstrações financeiras

Índice	Pag
Balanço patrimonial	3
Demonstração do resultado	4
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstração dos fluxos de caixa	6
Notas explicativas das demonstrações financeiras	7



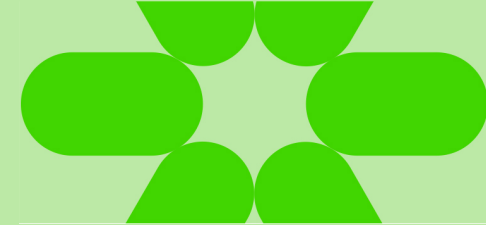
	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	260	262
Tributos a recuperar		25	19
Total do ativo circulante		285	281
Ativo não circulante			
Investimentos	7	10.066	13.134
Intangível	8	33.656	33.776
Total do ativo não circulante		43.722	46.910
Total do ativo		44.007	47.191
Passivo			
Passivo não circulante			
Contas a pagar a partes relacionadas	9	–	320
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	573	613
Total do passivo não circulante		573	933
Patrimônio líquido			
Capital social	10	26.063	25.743
Reserva de capital	10	30.520	24.903
Outros resultados abrangentes		4.670	–
Prejuízos acumulados		(17.819)	(4.388)
Total do patrimônio líquido		43.434	46.258
Total do passivo e patrimônio líquido		44.007	47.191

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

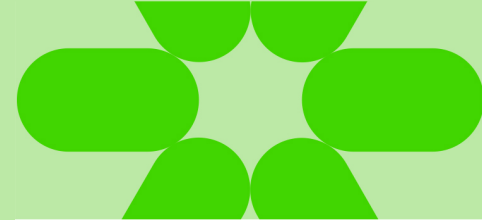


	Notas	2024	2023
Despesas administrativas	11	(122)	(150)
Prejuízo operacional		(122)	(150)
Outras receitas financeiras		3	2
Resultado financeiro líquido		3	2
Resultado de equivalência patrimonial		(13.353)	(4.256)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		(13.472)	(4.404)
Imposto de renda e contribuição social correntes		–	(72)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		41	88
Prejuízo do exercício		(13.431)	(4.388)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

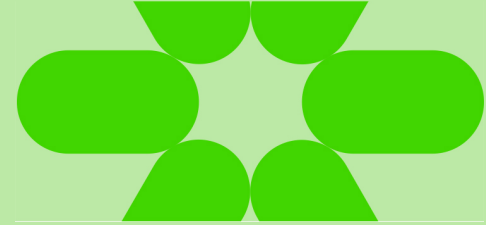


	Notas	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 02 de janeiro de 2023		–	–	–	–
Prejuízo do exercício		–	–	(4.388)	(4.388)
Constituição de capital - cisão parcial	10.1	25.743	25.743	–	51.486
Pagamentos baseados em ações	10.2	–	358	–	358
Movimentação proveniente de acervo de cisão parcial	10.2	–	(1.198)	–	(1.198)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		25.743	24.903	(4.388)	46.258
Aumento de capital		320	–	–	320
Prejuízo do exercício		–	–	(13.431)	(13.431)
Pagamentos baseados em ações		–	5.617	–	5.617
Ajuste de avaliação patrimonial		–	4.670	–	4.670
Saldo em 31 de dezembro de 2024		26.063	35.190	(17.819)	43.434



	Notas	2024	2023
Prejuízo do exercício		(13.431)	(4.388)
Ajustes para conciliar o resultado aos fluxos de caixa gerados pelas atividades operacionais			
Amortização	11	120	139
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	(40)	(88)
Resultado de equivalência patrimonial	7	13.353	4.256
Pagamento baseado em ações	10	2	(358)
		13.435	3.949
Variações nos ativos e passivos operacionais			
		314	701
Impostos a recuperar		–	(19)
Contas a pagar		–	–
Contas a pagar partes relacionadas		320	354
Obrigações trabalhistas		–	358
Obrigações tributárias		–	93
Impostos de renda e contribuição social pagos		(6)	(85)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		318	262
Atividades de investimentos:			
Aumento de capital		(320)	–
Fluxo de caixa consumido pelas atividades de investimentos		(320)	–
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(2)	262
Saldo Inicial de caixa equivalentes de caixa		262	–
Saldo final de caixa equivalentes de caixa		260	262
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(2)	262

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



1. Contexto operacional

A Equals Software Participações S.A. (“Companhia” ou “Equals Software”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, cj. 2101, 20º andar, CEP 05425-902, constituída em 02 janeiro de 2023. Tem por objeto social a participação em outras Sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior.

A Companhia é uma subsidiária integral da STNE Investimentos S.A. (“STNE Invest”) e, em última instância é controlada pela StoneCo Ltd (“StoneCo”), com ações listadas na bolsa americana NASDAQ com a sigla STNE, e BDRs negociadas na B3, bolsa brasileira, com a sigla STOC31.

A emissão destas demonstrações financeiras individuais foi aprovada pela Administração em 30 de abril de 2025.

1.1. Demonstrações Consolidadas

As demonstrações financeiras não estão sendo apresentadas de forma consolidada atendendo ao disposto no CPC 36 / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas, visto que a controladora final StoneCo Ltd. disponibiliza ao público suas demonstrações consolidadas.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de forma individual, uma vez que todos os critérios para isenção de obrigatoriedade de apresentação de demonstrações financeiras consolidadas estabelecidos pelo CPC 36 / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas foram atendidos, quais sejam:

- A Companhia possui como controladora final a StoneCo Ltd., a qual não fez objeção à não apresentação das demonstrações consolidadas;
- A Empresa não negocia suas ações no mercado de capitais;
- A Empresa não está em processo de arquivamento de suas demonstrações contábeis junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) visando negociar suas ações no mercado de capitais;
- Sua controladora StoneCo Ltd disponibiliza ao público suas demonstrações consolidadas.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

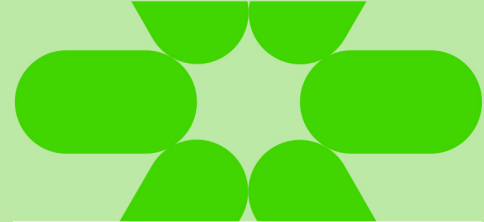
2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, com as alterações das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e convergentes às normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – “IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024.

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de políticas contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor justo de pagamentos baseado em ações, determinação da vida útil dos ativos imobilizado e intangível e redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

A realização dos saldos baseados em estimativas poderá ocorrer em valores diferentes dos estimados. Visando assegurar a melhor mensuração possível, a Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos



anualmente, utilizando todas as informações pertinentes disponíveis na data de preparação das demonstrações financeiras.

As práticas contábeis de transações consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras. Ressalte-se, ainda, que as práticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente.

As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), sendo esta a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis mais relevantes são apresentadas em cada nota explicativa da demonstração financeira. As políticas contábeis gerais, não relacionadas a assuntos tratados em nota explicativas específicas, estão apresentados abaixo.

3.1. Classificação como circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando:

- espera-se realizá-lo ou pretenda vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- é caixa ou equivalente de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou utilização para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado como circulante quando:

- espera-se liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- deve ser liquidado dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulante.

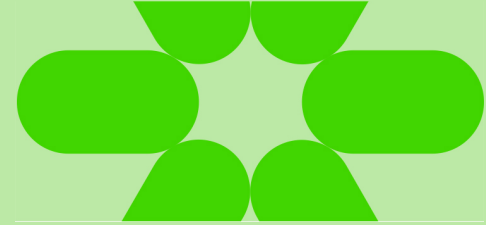
Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

3.2. Novas normas e alterações de normas e interpretações

3.2.1 Novas normas e alterações de normas e interpretações adotadas

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024:

- Alterações ao CPC 26 - Classificação do passivo como circulante ou não circulante: Em agosto de 2023, o CPC aprovou as alterações ao CPC 26 para especificar os requisitos para classificar passivos como circulante ou não circulante. As alterações são efetivas para o exercício anual iniciado em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.
- Alterações ao CPC 06 - Responsabilidade de arrendamento em uma venda e leaseback: Em agosto de 2023 o CPC aprovou alterações ao CPC 06 para especificar os requisitos que um arrendatário utiliza na mensuração do passivo de



arrendamento resultante de uma transação de venda e leaseback, para garantir que o arrendatário não reconheça qualquer quantia de ganho ou perda relacionada com o direito de uso que retém. As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente a transações de venda e leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do CPC 06.

- Alterações ao CPC 03 - Demonstração de Fluxos de Caixa e CPC 40 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação: Em dezembro de 2023 o CPC aprovou alterações ao CPC 03 e ao CPC 40, para esclarecer as características dos acordos de financiamento com fornecedores e exigir divulgações adicionais de tais acordos. As alterações visam melhorar a compreensão das características das transações de financiamento com fornecedores e incluir divulgações nas demonstrações financeiras que ajudam os usuários a compreenderem os efeitos sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez da entidade.

As alterações acima mencionadas não tiveram qualquer impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

3.2.2 Novas normas e alterações de normas e interpretações ainda não adotadas

As normas e interpretações novas e alteradas que foram emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas e alterações de normas e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor.

- CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 – Instrumentos Financeiros Divulgações: Publicado em junho de 2024 pelo CPC, as alterações tratam, basicamente, dos seguintes temas: data de reconhecimento e baixa de alguns instrumentos financeiros, e características relevantes na avaliação dos fluxos de caixa dos instrumentos financeiros para classificação e mensuração. Adicionalmente são aprimoradas as divulgações relativas aos instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros vinculados a eventos contingentes. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada, com aplicação retrospectiva. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- CPC 02 – Efeitos de mudanças nas taxas de câmbio: em julho de 2024 o CPC aprovou alterações ao CPC 02, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o CPC 02 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

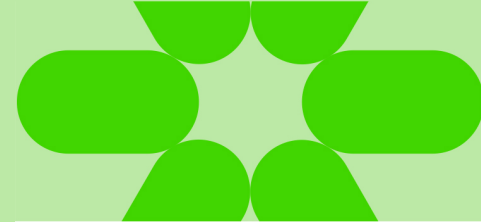
A Companhia não espera ter qualquer impacto em suas demonstrações financeiras com a aplicação das alterações apresentadas acima.

4. Reestruturação societária

4.1. Cisão Parcial Equals S.A. x Equals Software Participações S.A

Em 02 de janeiro de 2023, a Equals S.A. ("Equals"), com a versão da parcela cindida à Companhia, a qual foi constituída em decorrência de referida cisão parcial. A parcela cindida foi avaliada com base no laudo de avaliação que fundamentou a operação de cisão parcial.

O quadro a seguir demonstra o valor contábil em 31 de outubro de 2022 do acervo líquido da Equals S.A.:



Ativo		Passivo e Patrimônio Líquido	
Ativo circulante		Passivo não circulante	
Contas a Receber de Clientes	1.000	Contas a pagar a partes relacionadas	967
Total do ativo circulante	1.000	Passivos fiscais diferidos	661
		Total do passivo não circulante	1.628
Ativo não circulante			
Contas a receber de partes relacionadas	200	Capital social	25.743
Investimento	17.999	Reserva de Capital	25.744
Intangível	33.916	Total do patrimônio líquido	51.487
Total do ativo não circulante	52.115		
Total do ativo	53.115	Total do passivo e patrimônio líquido	53.115

A avaliação da parcela cindida da Equals S.A. foi realizada por uma empresa especializada, nos termos da Lei das S.A., que emitiu laudo de avaliação do patrimônio líquido da sociedade. A parcela cindida foi incorporada por uma nova Companhia, denominada Equals Software Participações S.A..

5. Caixa e equivalentes de caixa

5.1. Políticas Contábeis

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e aplicações financeiras, que são investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e com prazo de vencimento, na data da aquisição, igual ou inferior a 90 dias.

5.2. Composição dos saldos

	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos em bancos nacionais	19	262
Total	19	262

6. Imposto de renda e contribuição social

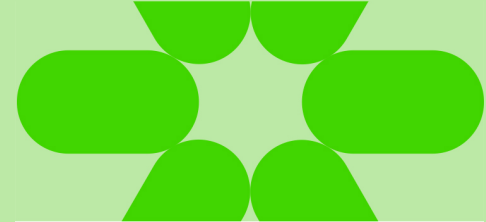
6.1. Políticas Contábeis

6.1.1. Imposto de renda e contribuição social correntes

O ativo e o passivo fiscal correntes são mensurados pelo valor que se espera que seja recuperado ou pago às autoridades fiscais. As regras fiscais utilizadas para determinar os ativos e passivos fiscais são as que estão em vigor à data do balanço nos países onde a Companhia opera e gera lucro tributável.

A alíquota combinada aplicada a todas as entidades no Brasil é de 34%, compreendendo o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") sobre o lucro tributável de cada pessoa jurídica brasileira (não em base consolidada).

A Companhia reconhece o IRPJ e a CSLL pelo regime de competência. De acordo com as regras fiscais brasileiras, as empresas podem compensar o valor nominal histórico de prejuízos fiscais apurados em anos anteriores com resultados de anos subsequentes a qualquer momento (ou seja, sem limitações com relação a períodos), desde que tal compensação não exceda a 30 % do lucro tributável anual do exercício em que os prejuízos fiscais são utilizados.



Os pagamentos são efetuados mensalmente como antecipação do valor total devido até o final do ano.

6.1.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O ativo e o passivo fiscal diferidos são obtidos com base nas diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e o seu valor contábil em cada período. Ativos fiscais diferidos também podem ser reconhecidos sobre prejuízos fiscais não utilizados.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja provável que a Companhia gere lucros tributáveis futuros que permitam sua recuperação. A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos está fundamentada em estudos técnicos elaborados pela Companhia que demonstram a expectativa de lucros tributáveis futuros de acordo com as projeções da administração.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na Demonstração do resultado na rubrica Imposto de renda e contribuição social, exceto quando se refere a itens reconhecidos em outros resultados abrangentes, ocasião em que os respectivos impostos diferidos ativos ou passivos também são reconhecidos em contrapartida a outros resultados abrangentes. Neste caso, a Companhia apresenta estas rubricas na Demonstração do resultado abrangente em base líquida.

A administração avalia periodicamente as situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e constitui provisões, quando apropriado.

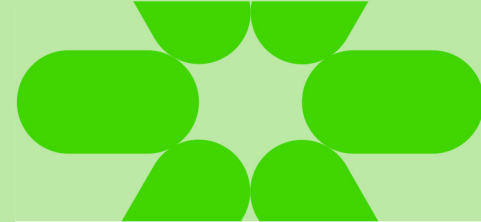
Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos no Balanço patrimonial quando existe o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos impostos correntes, geralmente quando relacionados à mesma entidade legal e à mesma jurisdição. Assim, os ativos e passivos fiscais diferidos em diferentes entidades ou em diferentes países são geralmente apresentados separadamente e não em uma base líquida.

6.2. Julgamentos, estimativas e premissas significativas

6.2.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Um julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base na época provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento fiscal.

6.3. Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social



	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(13.472)	(4.404)
Alíquotas vigentes - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	4.580	1.497
Impostos diferidos não reconhecidos	–	(143)
Resultado de equivalência patrimonial	(4.539)	(1.447)
Outras diferenças permanentes	–	109
Imposto de renda e contribuição social	41	16
Alíquota efetiva	0,3%	0,4%
Impostos correntes	–	(72)
Impostos diferidos	41	88
Imposto de renda e contribuição social	41	16

6.4. Impostos diferidos

As variações líquidas do imposto de renda e contribuição social diferidos estão relacionadas ao seguinte:

Segundo a legislação tributária brasileira, diferenças temporárias e prejuízos fiscais podem ser mantidos como créditos fiscais indefinidamente. No entanto, o prejuízo fiscal pode ser utilizado apenas para compensar até 30% do lucro tributável do exercício.

	2/1/2023	Movimentação	31/12/2024
Intangíveis e imobilizados originados em combinação de negócios	613	(40)	573
Total passivo fiscal diferido	613	(40)	573
Imposto de renda e contribuição social diferidos	613	(40)	573

7. Investimentos

7.1. Políticas Contábeis

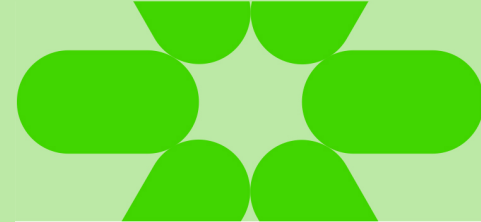
A Companhia contabiliza seus investimentos em participações societárias pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, o investimento é inicialmente reconhecido ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para reconhecer as alterações na participação da Companhia nos ativos líquidos da investida desde a data de aquisição.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados das operações das investidas. Qualquer alteração no VJORA dessas investidas é apresentado como parte do VJORA da Companhia. Além disso, quando houver uma mudança reconhecida diretamente no patrimônio líquido da investida, a Companhia reconhece a sua participação nas mudanças, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados resultantes de transações entre a Companhia e as investidas são eliminados na extensão da participação na investida.

O total da participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de uma investida é demonstrado na demonstração do resultado fora do resultado operacional e representa o lucro ou prejuízo após impostos e participações de não controladoras nas investidas.

As demonstrações financeiras das investidas são preparadas para o mesmo período de encerramento da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para alinhar as políticas contábeis às da Companhia.



Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer uma perda por redução ao valor recuperável sobre o investimento em sua investida. Em cada data-base, a Companhia determina se existe evidência objetiva de que o investimento na investida está deteriorado. Se houver tal evidência, a Companhia calcula o montante da redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o seu valor contábil e, em seguida, reconhece a perda por participação nos lucros da investida na demonstração do resultado.

Após a perda de controle sobre a investida, a Companhia avalia e reconhece o investimento residual pelo seu valor justo. Qualquer diferença entre o valor contábil da investida no momento da perda de controle, o valor justo do investimento residual e o resultado da alienação é reconhecida no resultado.

Nenhum dos investimentos apresentou restrições significativas na transferência de recursos na forma de dividendos em dinheiro ou pagamento de obrigações, durante o período reportado.

7.2. Movimentação dos investimentos

Vitta Tecnologia	
Participação	88,66%
Saldos em 2 de janeiro de 2023	—
Equivalência patrimonial	(4.256)
Acervo de cisão parcial	17.999
Mudança participação devido a cisões	(967)
Pagamento baseado em ações	358
Saldos em 31 de dezembro de 2023	13.134
Equivalência patrimonial	(13.353)
Mudança participação	5.615
Pagamento baseado em ações	4.670
Saldos em 31 de dezembro de 2024	10.066

8. Intangível

8.1. Políticas contábeis

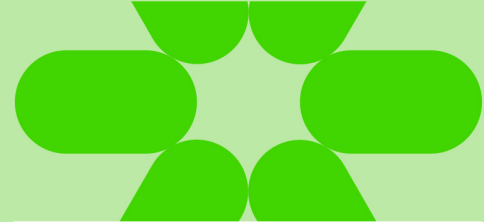
8.1.1. Reconhecimento inicial

Certos custos diretos de desenvolvimento associados a software desenvolvido internamente e aprimoramentos de software da plataforma de tecnologia do Grupo são capitalizados. Os custos capitalizados, que ocorrem após a determinação pela administração da viabilidade técnica, incluem serviços externos e custos internos de folha de pagamento. Esses custos são registrados como ativos intangíveis ao longo da fase de desenvolvimento. Os custos de pesquisa e desenvolvimento de pré-viabilidade, bem como os custos de manutenção e treinamento, são debitados ao resultado quando incorridos.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao seu valor justo na data da aquisição.

8.1.2. Reconhecimento subsequente

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo detém apenas ágio como ativo intangível de vida indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil estimada pelo método linear. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. Em ambos os casos o ativo intangível é submetido a teste de redução ao valor recuperável (“teste de impairment”) sempre que houver



indícios de que o seu valor contábil pode não ser recuperado. Para ativos intangíveis com vida útil indefinida, o teste de impairment é obrigatório anualmente.

O valor contábil de um ativo intangível é composto pelo seu custo líquido de amortizações acumuladas e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas.

A vida útil e o método de amortização para ativos intangíveis com vida definida são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social ou quando identificada mudança no padrão de uso do ativo. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos são consideradas para modificar o período ou método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças de estimativas contábeis, com efeitos prospectivos.

A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida no resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

8.1.3. Teste de impairment

A Companhia efetua o teste de impairment dos ativos no escopo do CPC 01 (R1) quando (i) observa indícios de que um ativo pode ter se desvalorizado ou (ii) anualmente, sempre que a Grupo possuir ativos não prontos para uso ou ágio. Os ativos da Companhia sujeitos ao CPC 01 (R1) são ativos intangíveis (incluindo ágio) e investimentos em coligadas.

Os ativos são testados individualmente, sempre que possível, ou alocados em Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”) ou grupos de UGCs. Para fins de teste de impairment do ágio, o ágio é alocado a UGCs ou a grupos de UGCs, que se espera que se beneficiem das sinergias da combinação de negócios, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas UGCs ou grupos de UGCs.

O teste de impairment consiste na comparação entre (i) o valor contábil do ativo, UGC ou grupo de UGCs e (ii) o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo, UGC ou grupo de UGCs é o maior entre (i) seu valor justo líquido de despesas de venda e (ii) o seu valor em uso. Se o valor contábil exceder o valor recuperável, uma perda por redução ao valor recuperável (“perda por impairment”) é reconhecida.

Na determinação do valor justo líquido de despesas de venda, são consideradas as transações recentes de mercado. Se nenhuma dessas transações puder ser identificada, um modelo de avaliação apropriado é usado. Esses cálculos são corroborados por múltiplos de avaliação, preços de ações cotadas para empresas de capital aberto ou outros indicadores de valor justo disponíveis. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Perdas por impairment de operações continuadas são reconhecidas na demonstração do resultado em categorias de despesa consistentes com a função do ativo com redução ao valor recuperável. As perdas por impairment podem ser revertidas em períodos futuros, exceto as perdas sobre ágio.

Vide Nota 8.4. para detalhes do modelo e principais premissas adotadas no teste anual de impairment do ágio.

8.2. Julgamentos, estimativas e premissas significativas

8.2.1. Vida útil do Imobilizado e Intangível

A mensuração do ativo imobilizado e do ativo intangível inclui a preparação de estimativas para determinar a vida útil destes ativos para fins de depreciação e amortização. A determinação da vida útil requer estimativas em relação aos avanços tecnológicos esperados e usos alternativos de ativos. Há um elemento significativo de julgamento envolvido em fazer suposições sobre o desenvolvimento tecnológico, uma vez que é difícil prever o momento e a natureza dos futuros avanços tecnológicos.

A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida no resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. As vidas úteis dos ativos intangíveis são demonstradas abaixo:

	Vida útil estimada (anos)
Relacionamento com clientes	19

Ganhos e perdas resultantes da alienação ou baixa de ativos intangíveis são mensurados como a diferença entre o valor líquido da alienação (se houver) e seu valor contábil e são reconhecidos no resultado.

8.2.2. Cálculo do valor em uso no teste de impairment

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado ("FCD"). Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos (ou prazo maior, se apropriado) e não incluem atividades de reestruturação com as quais a Companhia ainda não esteja comprometida ou investimentos futuros significativos que melhorarão o desempenho dos ativos da UGC submetida ao teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto usada para o modelo de FCD, bem como aos fluxos de caixa esperados e à taxa de crescimento usada para fins de extrapolação. Essas estimativas são mais relevantes para o ágio reconhecido pela Companhia.

8.3. Composição dos saldos

	31/12/2023	Adições	31/12/2024
Ágio	31.972	—	31.972
Relacionamento com o cliente	1.943	—	1.943
Custo	33.915	—	33.915
Relacionamento com o cliente	(139)	(120)	(259)
Amortização acumulada	(139)	(120)	(259)
Intangível de uso	33.776	(120)	33.656

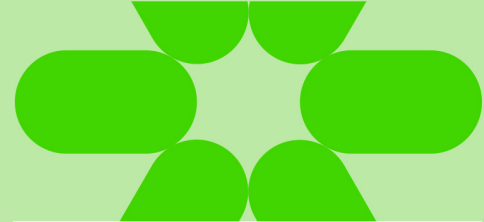
Consolidado	31/12/2022	Adições	Cisão parcial ^(a)	31/12/2023
Ágio	—	—	31.972	31.972
Relacionamento com o cliente	—	—	1.943	1.943
Custo	—	—	33.915	33.915
Relacionamento com o cliente	—	(139)	—	(139)
Amortização acumulada	—	(139)	—	(139)
Intangível de uso	—	(139)	33.915	33.776

^(a) Refere-se aos saldos da cisão parcial da Equals S.A. e constituição da Companhia (Nota 4.1).

8.4. Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não havia indicativos de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis de vida indefinida.

A Companhia possui registrado o valor de R\$ 31.972 referente a ágio. Este saldo, sujeito ao teste de recuperabilidade de ativos, foi testado pela StoneCo (controladora final da Companhia) dado que é o nível em que a administração monitora os



saldos de ágio, em uma unidade UGC denominada “Empresas de soluções financeiras” na qual os saldos da Companhia foram alocados.

9. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas compreendem as empresas controladoras e coligadas, acionistas, pessoal-chave da administração e quaisquer negócios que são controlados, direta ou indiretamente, pelos acionistas e conselheiros sobre os quais exercem influência significativa.

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das transações, levando-se em consideração a redução de risco. Os saldos em aberto no encerramento do período não têm garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

Os saldos a pagar com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

Passivos	31/12/2024	31/12/2023
STNE Investimentos S.A. ("STNE Invest.")	–	(320)
Contas a pagar de partes relacionadas	–	(320)

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo está composto substancialmente por saldo de reembolso, originados por rateios de despesas devidas para empresas do mesmo grupo.

10. Patrimônio Líquido

10.1. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social era de R\$ 25.743, representado por 25.743.301 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas e totalmente integralizadas.

Em 07 de outubro de 2024, a Companhia aumentou seu capital social no valor total de R\$ 320,00, passando o mesmo de R\$ 25.743 para R\$ 26.063 dividido em 26.063.301 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas e totalmente integralizadas, distribuídas entre os acionistas como segue:

Acionistas	País sede	Participação %	Total de ações ordinárias	
			31/12/2024	31/12/2023
STNE Investimentos S.A.	Brasil	100%	26.063.301	25.743.301
Total de ações		100%	26.063.301	25.743.301

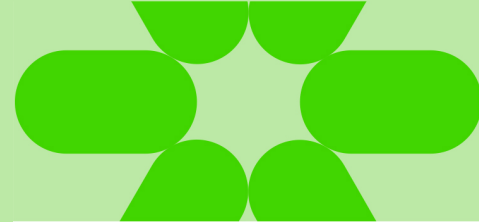
10.2. Reserva de capital

Em 02 de janeiro de 2023, a Companhia constituiu uma reserva de capital no montante R\$ 24.903, sendo R\$ 25.743 para constituição de capital, R\$ 358 para remunerações baseadas em ações e R\$ (1.198) decorrente de movimentação proveniente de acervo de cisão parcial da Equals S.A. e constituição da Companhia (Nota 4.1).

10.3. Reserva de lucros

10.3.1. Reserva legal

Nos termos do artigo 193 da Lei da S.A., a Companhia deve destinar para a reserva legal o montante equivalente a 5% do lucro líquido, a qual não pode exceder a 20% do capital social, sendo que no exercício em que o saldo da reserva legal, acrescidos dos montantes da reserva de capital, exceder 30% do capital social, a destinação do lucro líquido para reserva



legal não será obrigatória. A Companhia não constituiu reserva legal no exercício de 2024, uma vez que a Companhia apresentou prejuízo no mencionado exercício social.

10.3.2. Dividendos

O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme a Lei das Sociedades por Ações.

10.3.3. Reserva de investimentos

A reserva de investimentos foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei da S.A., e alterações com o objetivo de garantir recursos para pagamento de dividendos, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não fez constituição de reserva de investimentos.

11. Despesas por natureza

	2024	2023
Amortização	(109)	(139)
Outros	(12)	(11)
Total	(122)	(150)